



Nota da ASCEMA Nacional sobre processo judicial do Governo questionando legalidade da greve dos servidores ambientais

A representação dos servidores da área ambiental recebe com tranquilidade a notícia da abertura de um processo judicial, por parte do governo, questionando a legalidade desta greve, porque sabemos que ela foi construída em bases muito sólidas e legais.

Por outro lado, vemos mais uma vez a incoerência entre o discurso e a prática deste governo, já há poucos dias o próprio presidente Lula disse "Nós vamos negociar com todas as categorias. Ninguém será punido neste país por fazer uma greve. Eu nasci fazendo greve. É um direito legítimo."

As assessorias jurídicas da ASCEMA Nacional, Condsef e Sindsep-DF, entidades arroladas na ação, estão acompanhando o processo e trabalhando de forma conjunta para defender nosso movimento paredista, nossas entidades e os servidores ambientais.

Foram 9 longos meses de negociações em que a intransigência do governo ficou evidente, sendo a maior prova disso o comunicado unilateral do MGI de encerramento da mesa de negociação, cerca de um mês após a apresentação de uma contraproposta. Vale destacar que, nesta contraproposta, os servidores flexibilizaram diversas demandas históricas da carreira, justamente para viabilizar a realização de um acordo.

Portamos uma série de documentos que são capazes de comprovar que os servidores sempre estiveram, como ainda estão, dispostos a encontrar uma solução para o impasse, assim como provas que demonstram claramente que a representação do governo adotou uma postura inflexível, injustificada e até mesmo persecutória contra os servidores da área ambiental.

Por fim, registramos que esta greve é apenas uma amostra do que poderá acontecer, caso o governo permaneça indiferente às nossas reivindicações e ao cumprimento do próprio discurso que o ajudou a se eleger. Pois, sem estrutura e recursos humanos, não precisa greve, a gestão ambiental para por si só.

Brasília, 03/07/2024

ASCEMA Nacional